

À

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão de Minas Gerais

Exma. Senhora Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

e

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Exma. Senhora Secretária Dorothea Werneck

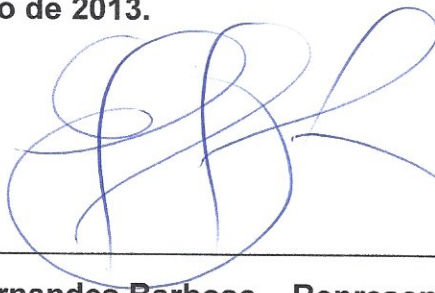
Assunto: Contribuição e Sugestões à Consulta Pública Parceria Público-Privada para a Implantação, Manutenção, Operação e Gestão da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Praça Sete, no município de Belo Horizonte/MG

Excelentíssimas Secretárias,

A empresa **SHOPPING DO CIDADÃO SERVIÇOS E INFORMÁTICA S/A**, CNPJ: 07.917.303/0001-12, com sede na Calçada Arcturo, 12 – Centro de Apoio II – sala 22 – parte 1, Santana de Parnaíba – SP – CEP 06.541-070, atendendo ao chamamento para Consulta Pública, referente à concessão administrativa para a implantação, gestão, operação e manutenção da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Praça Sete, no município de Belo Horizonte/MG, apresentamos, em anexo, a contribuição da empresa Shopping do Cidadão para o aprimoramento das disposições editalícias.

Solicitamos gentilmente que o documento seja aceito, protocolado e anexado no processo que originou a Consulta Pública, para que após analisadas façam parte do documento a ser publicado no certame.

São Paulo, 05 de dezembro de 2013.



Edmilson Fernandes Barbosa – Representante Legal

edmilson.fernandes@shopcidadao.com.br

SUGESTÕES AO ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

1. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO UAI PRAÇA SETE

De acordo com o anexo I – Minuta de contrato, item 9.1 (pág. 12), o prazo para implantação da Unidade UAI Praça Sete será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do contrato de concessão no Diário Oficial do Estado.

Contudo, esse prazo deve ser retificado uma vez que para implantar a unidade, o Sistema de Implantação, Gestão, Gerenciamento, Manutenção e Operação da UAI – SIGGMO determina o subitem 2.4, tabela 1 da página 12 do Anexo IV que a implantação do complexo UAI, composto pelo prédio tombado e pelo prédio anexo, será realizada dentro de 19 (dezenove) meses.

SUGESTÃO 1: retificar o prazo de implantação, com a seguinte redação:

“9.1 O complexo UAI Praça Sete será implantada no prazo de 19 (dezenove) meses a contar da data de publicação do CONTRATO, conforme cronologia estabelecida pelo PODER CONCEDENTE no ANEXO IV.”

2. DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL PÚBLICO

Analisando a minuta de contrato, não identificamos qualquer menção sobre a utilização do imóvel público pela Concessionária, sobretudo na assinatura de termo de permissão de uso de imóvel público pelo tempo do contrato.

A assinatura do contrato de permissão de uso do imóvel é preceito formal para a concessão dos serviços UAI, o que deverá ser assinado concomitantemente com o contrato de concessão administrativa.

SUGESTÃO 2: Inserir uma nova cláusula com a seguinte redação:

“Cláusula XX – DO IMÓVEL

XX.1 – O complexo UAI Praça Sete, constituído pelos prédios tombado e anexo, a ser disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE estará livre e desembaraçado de qualquer gravame no momento de assinatura do contrato de concessão para uso e manutenção da Concessionária pelo tempo necessário a prestação dos serviços UAI.

XX.2 – No mesmo ato de assinatura do contrato de concessão, as partes deverão assinar o termo de permissão de uso de imóvel público formado pelo complexo UAI Praça Sete, complexo que deverá estar livre e desembaraçado no ato de assinaturas dos contratos.”

3. FINANCIAMENTO CONTRATADO PELA CONCESSIONÁRIA

Estabelece o contrato, subitem 17.4 (pág. 21), e em consonância com o art. 28 da lei 8.987/95, que a Concessionária poderá, mediante previa e específica autorização do Poder Concedente, oferecer em garantia de financiamento contratado para a implementação e prestação dos SERVIÇOS UAI, as receitas emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometa a operação e a continuidade dos SERVIÇOS UAI e não prejudique o pagamento dos valores devidos em razão do presente CONTRATO.

Considerando o artigo 28 da lei 8.987/95 ser inerte quanto quem deverá realizar a avaliação de comprometimento do financiamento, pela experiência do Shopping do Cidadão em projetos em PPP, entendemos que a avaliação econômica de comprometimento do financiamento é inerente à Concessionária e o agente financiador do contrato, cabendo ao Poder Concedente fiscalizar que os recursos do

financiamento serão empregados exclusivamente para a implementação e continuidade na prestação dos serviços UAI.

SUGESTÃO 3: Apresentar uma nova redação de cláusula:

“17.4 Observadas as normas legais e regulamentares, em especial o art. 28 da Lei n.º 8.987/95, a CONCESSIONÁRIA poderá, mediante prévia e específica autorização do PODER CONCEDENTE, oferecer, em garantia de financiamento contratado para a implementação e prestação dos SERVIÇOS UAI, as receitas emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometa a operação e a continuidade dos SERVIÇOS UAI e não prejudique o pagamento dos valores devidos em razão do presente CONTRATO. A avaliação do comprometimento do financiamento será exclusiva da Concessionária e do Agente financiador, eximindo o Poder Concedente de qualquer responsabilidade por erro ou premissas utilizadas exclusivamente pelas partes contratantes do financiamento.”

4. RESPONSABILIDADE DO PODER CONCEDENTE

Define o contrato, subitem 26.1 “c” (pág.. 32) ser responsabilidade do Poder Concedente em *“contratar ou conveniar a instalação de órgãos públicos ou entidades integrantes da administração indireta de entes federados no âmbito das UAI”*.

Entretanto, a futura Concessionária poderia ser mitigada na prestação dos serviços caso os treinamentos e acesso aos sistemas dos órgãos parceiros não fossem prestação dentro de cronograma e acesso a todos os funcionários disponibilizados para o órgão parceiro. Desta forma, mister garantia para a Concessionária que será responsabilidade do Poder Concedente garantir que os treinamentos serão realizados pelos órgãos parceiros, às custas da Concessionária, bem como garantir o acesso aos sistemas dos órgãos para que sejam produzidos os resultados apresentados pela Concessionária.

SUGESTÃO 4: Apresentar uma nova redação de cláusula:

“26.1 Incumbe ao PODER CONCEDENTE, entre outras atribuições legais e constantes do EDITAL:

(...)

c) Contratar ou conveniar a instalação de órgãos públicos ou entidades integrantes da administração indireta de entes federados no âmbito das UAI, garantindo que os treinamentos serão realizados pelos órgãos parceiros dentro do cronograma estabelecido entre as Partes, às custas da Concessionária, bem como garantir o acesso aos sistemas dos órgãos à todos os funcionários de atendimento da Concessionária;

5. SEGURO DE RESPONSABILIDADE OPERACIONAL

Estabelece o contrato, subitem 37.1, “b” e 37.1.1 (Pág.51 e 52) que a Concessionária contratará seguro de risco operacionais para cobertura dos bens reversíveis, tendo como beneficiários a Concessionária, o Poder Concedente, ou conforme o caso, os financiadores da Concessionária.

Contudo, entendemos que inserir no campo benefício o Poder Concedente não seria condizente com os preceitos do contrato, uma vez que ao final da concessão todos os bens serão revertidos ao Poder Concedente, conforme estabelecido no subitem 38.8 (pág. 53). Em outras palavras, na hipótese de acionar o seguro de risco operacional, como seria a repartição dos valores segurados para que fossem adquiridos os bens para a prestação dos serviços ? Estaria o Poder Concedente apto a receber o benefício do seguro e realizar a aquisição conjunto dos bens com a Concessionária ?

Desta forma, como responsável pela manutenção dos bens reversíveis até o final do contrato, deveria somente constar como beneficiários do seguro de risco operacional a Concessionária e seu agente financiador, uma vez que utilizariam o seguro exclusivamente para repor o(s) bem(ns) segurados.

SUGESTÃO 5: Suprimir o Poder Concedente como beneficiário do seguro de risco operacional.

6. GRAFIAS NA MINUTA CONTEMPLANDO MAIS DE UMA UNIDADE UAI

Ao longo da minuta de contrato, identificamos reiteradas menções à implantação ou obrigações inerentes a mais de uma unidade UAI. Desta forma, podemos citar os subitens 12.6, 20.3.2, 39.5, 39.5.1 e 41.18.

Em relação ao item 39.5.1 vislumbramos se tratar de obrigação contratual incidente na hipótese de mais de uma unidade, o que no caso em questão não se aplicaria.

SUGESTÃO 6: Revisão a minuta do contrato para retificar a previsão de apenas uma unidade UAI, bem como excluir o subitem 39.5.1.

SUGESTÕES AO ANEXO III – MINUTA DE PAGAMENTO À CONCESSIONÁRIA E SISTEMAS DE INCENTIVOS – PACS

7. FÓRMULA DA PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR

Define a minuta do anexo III - PACS, sobre o pagamento de parcela anual complementar à Concessionária, caso se concretize as premissas definidas no contrato. Entretanto, ao analisar as fórmulas previstas nos subitens 2.1.24 e 2.1.25 (pág. 11 e 12), deparamos com uma consistência formal, que consiste no apontamento do número “72” em detrimento do número devido “12”, uma vez que a fórmula informa ser o número “12” correspondente ao total de COEF’s apurados no ano.

Diante disso, caberia uma análise da fórmula apontada para concretizar sua correção.

SUGESTÃO 7: substituir o número “72” pelo número “12” e excluir a letra “k” da informação “T” das fórmulas, uma vez não possuir correlação com qualquer outra informação dos subitens 2.1.24 e 2.1.25.

SUGESTÕES AO ANEXO IV – SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO, GESTÃO, GERENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA UAI SIGGMO

8. INÍCIO DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DA UAI PRAÇA SETE

Define a minuta SIGGMO, subitem 2.1 (pág. 11) que o cronograma de implantação da UAI Praça Sete terá seu início baseado na data de assinatura do contrato.

Em consequência, a tabela 1 do subitem 2.4 (pág. 12) ratifica a informação do subitem 2.1, tendo como base a assinatura do contrato.

Contudo, entendemos que essas datas devem ser retificadas para compatibilizar com a cláusula 8.3 da minuta de contrato, prevendo assim o início do cronograma de implantação com a data de publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE).

SUGESTÃO 8: Retificar a base para iniciar o cronograma de implantação, considerando a publicação do contrato.

9. DESMOBILIZAÇÃO DOS BENS E EQUIPAMENTOS PELA CONCESSIONÁRIA

A minuta SIGGMO define no subitem 2.5.2 (pág.13) a responsabilidade da Concessionária em desocupar cada prédio, conforme orientação do Poder Concedente.

Contudo, não há a informação na minuta sobre o destino dos bens desmobilizados pela Concessionária, o que daria margens para os bens serem transportados e entregues em qualquer localidade, sobretudo, dentro dos limites do Estado de Minas Gerais, por orientação do Poder Concedente.

Essa logística, por não ser previamente definida na minuta poderia impactar na formulação da proposta comercial. O apontamento do destino final dos bens desmobilizados desde já cria os deveres inerentes a desocupação do imóvel, não cabendo assim qualquer pleito futuro por desconhecimento das premissas da minuta de implantação da unidade.

SUGESTÃO 9: Incluir a seguinte redação:

“2.5 A fase de mobilização abrangerá todas as atividades necessárias para a definição do escopo de trabalho para a IMPLANTAÇÃO da unidade, que deverá ser executado em cada edifício do COMPLEXO UAI incluindo o desenvolvimento de todas as etapas de projeto descritas no item 3- PROJETOS PARA CONCEPÇÃO DAS UAI deste anexo, a exceção do item I.e - Projeto As Built.

(...)

2.5.3 Os bens e equipamentos desmobilizados em cada prédio do complexo UAI, conforme cronograma estabelecido, serão transportados e entregues pela Concessionária em local a ser definido pelo Poder Concedente, dentro da região metropolitana de Belo Horizonte.”

SUGESTÕES AO ANEXO IV, APÊNDICE VII – PACOTE DE SERVIÇOS

10. PACOTE DE SERVIÇOS

Define a minuta em referência, uma divisão dos órgãos e serviços que estariam garantidos e os que seriam potencialmente elegíveis para a execução dos serviços UAI na unidade Praça Sete.

Diante disso, duas tabelas são apresentadas intituladas Tabela 1 – Serviços Garantidos e Tabela 2 – Serviços Potenciais.

Da análise das tabelas podemos identificar algumas inconsistências que poderiam sofrer alterações. Identificamos que o órgão OGE e seu serviço é parte integrante das duas tabelas. Considerando que esse órgão é atualmente integrante da UAI Praça Sete, entendemos que o seu apontamento na Tabela 2 estaria em desconexo com a atualidade. Desta forma, caberia a exclusão deste órgão e serviço da tabela 2 – serviços potenciais.

Em outro aspecto, alguns órgãos ou parceiro privado previstos na tabela 2 atualmente são integrantes dos serviços prestados na UAI Praça Sete, notadamente os órgãos TJMG, MTE, Receita Federal, IPSEMG, Polícia Federal, Procon Municipal e do parceiro privado Correspondente Bancário.

Considerando que esses órgãos parceiros e o correspondente bancário são integrantes atualmente da UAI Praça Sete, deveriam estar previstos na tabela 1 – Serviços garantidos.

Noutro aspecto, na tabela 2 consta o serviço de “perda de documentos” pelo órgão IIMG. Esse órgão é inserido na tabela 1- serviços garantidos. Diante disso,

pelo órgão ser garantido pela tabela 1, caberia o serviço perda de documentos ser incluído com serviço garantido na unidade Praça Sete.

SUGESTÃO 10:

- a) Excluir o órgão OGE da tabela 2 – Serviços Potenciais;
- b) Migrar da tabela 2 – Serviços Potenciais os órgãos e serviços TJMG, MTE, Receita Federal, IPSEMG, Polícia Federal, Procon Municipal e do parceiro privado Correspondente Bancário para a tabela 1- Serviços Garantidos;
- c) Migrar da tabela 2 – Serviços Potenciais o serviço “Perda de Documentos” do IIMG para a tabela 1- Serviços Garantidos

SUGESTÕES AO ANEXO IV, APÊNDICE V - MINUTA COMUNICAÇÃO VISUAL E UNIFORMIZAÇÃO

11. PADRONIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO VISUAL DA UAI PRAÇA SETE

Tendo em vista o anexo em comento, identificamos que algumas das premissas apontadas estão divergentes com o manual padrão de sinalização das outras unidades UAI. Diante disso alguns itens merecem destaques, a saber:

1. Item 2: A inclusão de cores por setor é um item novo, que não está no Manual Padrão;
2. Item 14: Placas de Setorização, este item não existe no Manual Padrão e a logomarca UAI está aplicada incorretamente segundo o item 5.5.1 do Manual e do Apêndice.
3. Item 16 : Placas de Numeração de Cabines e Coleta de Digitais: esse item não existe no Manual;
4. Item 17: Placas Educativas: incluir placa de assentos preferenciais como educativa também;
5. Item 18: Organizar de Filas: esse item não existe no Manual;
6. Item 20: Crachás Funcionais: A aplicação de cores das logomarcas, na cordinha do crachá, não está aplicada corretamente, conforme o item 5.4 do Manual e Apêndice (logo UAI) e página 07 do Manual SEGOV Manual de Identidade Minas Gerais (logo Governo de Minas).

SUGESTÃO 11: Revisar os itens acima identificados.

Estas são as nossas contribuições que por ora apresentamos para o aperfeiçoamento dos arquivos disponibilizados em consulta pública.

(FIM)